Balanço Banco manteve trajetória de recuperação; porém, carteira de crédito teve ligeira queda e PME mostrou piora na inadimplência

Lucro do Santander supera previsão, mas macro é desafio

Mariana Ribeiro e Álvaro Campos
De São Paulo

O Santander manteve sua trajetória de recuperação de resultados no terceiro trimestre, com lucro acima das projeções, aumento da margem financeira e alta de 1,5 ponto percentual no retorno sobre o patrimônio (ROE). Ainda assim, há incertezas à frente. A carteira de crédito registrou uma leve queda no trimestre e o banco já vê alguns "soluços" nas médias empresas, na esteira de um cenário de juros mais altos no país. O Santander passou uma mensagem de disciplina durante as divulgações, frisando que o foco da instituição está em rentabilidade.

Terceiro maior banco privado do país em ativos, o Santander teve lucro líquido gerencial de R$ 3,664 bilhões no terceiro trimestre, o que representa alta de 10% na comparação trimestral e de 34,3% na anual. O resultado veio acima das projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontavam ganho de R$ 3,473 bilhões na média.

A margem financeira bruta ficou em R$ 15,227 bilhões, com alta de 3,2% ante o trimestre anterior e avanço de 15,8% em relação ao terceiro trimestre de 2023. A margem com clientes, que reflete as operações de crédito foi de R$ 14,962 bilhões, com alta de 2,8% e de 8% na mesma comparação. Já a margem de operações com o mercado foi de R$ 325 milhões, com alta de 26,1% no trimestre e reverteu resultado negativo de R$ 647 milhões um ano antes.

O CEO do Santander, Mario Leão, abriu a teleconferência de resultados dizendo que o banco voltou a progredir no tema de rentabilidade. O ROE ficou em 17% no terceiro trimestre, ante 15,5% no segundo trimestre e 13,1% no terceiro trimestre de 2023.

"Continuamos. Santander focados em ter uma operação que cresce rápido em rentabilidade e volta a patamares que já tivemos, mas com um mix muito mais diversificado", disse Leão. "Queremos ser maiores, mas o foco é rentabilidade", acrescentou. O banco destaca ou que está adotando uma postura de disciplina na alocação de capital e priorizando a atuação em linhas de maior rentabilidade e boa qualidade de ativos.

A margem financeira cresceu acima da carteira, o que está em linha "com a estratégia de extrair valor dos ativos", segundo Leão. A carteira de crédito do Santander era de R$ 535,958 bilhões em setembro, um recuo de 0,5% ao longo do terceiro trimestre e crescimento 6,4% em um ano.

A carteira de pessoas físicas, que é a mais relevante para a instituição, aumentou 0,8% no trimestre e 7,8% em 12 meses, para R$ 250,894 bilhões. O segmento foi impulsionado pelas linhas de leasing/veículos e cartão de crédito. Já a carteira de empresas ficou em R$ 206,050 bilhões, com queda de 3,8% frente a junho e avanço anual de 1,1%.

O vice-presidente financeiro do Santander, Gustavo Alejo, destacou que a ligeira queda na carteira no terceiro trimestre é resultado da "disciplina na busca por rentabilidade". O CEO afirmou que o crédito segue sendo chave para o banco, mas que este é um meio para se chegar ao cliente. "O crédito tem que ser bem precificado, mas é um meio para se chegar ao fim, que é a prima qualidade do cliente", disse.

De acordo com ele, a instituição acelerou a concessão onde acreditava ter rentabilidade e "cruzou sell" (venda de mais produtos para um mesmo cliente) marginal e obtve. O apetite do banco na baixa renda está mais para o conservador do que para o ambicioso no agressivo, disse o executivo. Leão foi crítico ao atual patamar de teto de juros para o consignado do INSS e afirmou que o spread líquido não justifica mais a alocação de capital.

O CEO afirmou que o banco continuará mais seletivo em grandes empresas e comentou que, em um cenário de Selic mais alta do que o inicialmente esperado, as carteira de médias empresas já tem mostrado "maus sinais".

"A pessoa jurídica se financia com pós-fixado mais spread. E o fato de o CDI estar há tanto tempo acima de 10%, com perspectiva de subir antes de começa a cair, na margem nos preocupa", disse a jornalistas. Segundo ele, os efeitos começam a aparecer em alguns nichos, como o das médias empresas que "entraram nesse ciclo mais alavancadas". O executivo acrescentou, no entanto, que, de forma geral, esse cenário não inverte a trajetória de queda no risco de crédito prevista para o banco.

O Santander encerrou o trimestre com inadimplência de 3,2% na carteira de crédito, ante 3,2% em junho e 3% em setembro do ano anterior. Na pessoa física, a taxa foi de 4,2%, estável nas duas comparações. No caso de pessoas jurídicas, o indicador estava em 1,7% no fim de setembro, de 1,6% em junho e 1,3% em setembro do ano passado. A inadimplência de micro, pequenas e médias empresas, por sua vez, ficou em 4,8%, de 4,7% e 3,9% na mesma comparação. Quando considerado o curto prazo (15 a 90 dias), o indicador ficou em 4,1%, de 4,3% e 5%. "Isso preocupa? Não tanto, pois a inadimplência de curto prazo está melhorando", afirmou Alejo, sobre as PMEs.

As despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos (PDD) ficaram em R$ 5,884 bilhões, com queda de 0,2% ante o trimestre anterior e alta de 4,7% em 12 meses.

Analistas avaliaram os resultados do Santander como positivos, mas destacaram que há incertezas. O BFG Factual vê um cenário mais desafiador para o crescimento dos empréstimos, enquanto o Citi afirmou que, na margem, o tom do banco foi um pouco mais cauteloso em termos de apetite ao risco. "Apesar disso, a disciplina pode ser bem-vinda pelos investidores, particularmente em um contexto de elevada incerteza macroeconômica no Brasil", disse.

As ações do Santander caíram 5,13% ontem, para R$ 27,39, na maior queda do dia no Ibovespa.

Mario Leão, presidente do banco, diz que segue com plano de crescimento, mas o principal foco é rentabilidade

17%
Foi o retorno sobre o patrimônio do Santander no 3º tri

Vinci incorpora Compass para surfar retomada de fluxo para América Latina

Pipe

Mario Luiza Filgueiras
De São Paulo

Sete meses depois de anunciar um acordo para a incorporação da nova-iorquina Compass, a Vinci Partners conclui a transação com as aprovações regulatórias e parte para a integração operacional do negócio. Com controladoria da Rain & Company, a gestora definiu o organograma da operação, agora com 600 pessoas, entre escritórios no Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, México e Estados Unidos.

"A ideia é agregar verticais, com uma frente única de 'pulle equities' que tem 'portfolio managers' em vários países, mas que não são empresas separadas, um 'corporate center', um CFO", exemplifica Alessandro Horta, CEO da Vinci.

A companhia também poderá adotar uma marca única, o que ainda está em fase final de análise. Conforme anunciado, a Compass passa a ter 18% da nova Vinci e pode chegar a cerca de 25,5% dado o "earn-out", variação atrelada ao cumprimento de condições.

A nova Vinci soma US$ 52 bilhões em ativos sob gestão, tornando-se uma das líderes na América Latina, numa temporada que não anda fácil para ativos de risco e gestoras na região. Para Horta, isso só confirma a oportunidade de crescimento, dada a exposição reduzida de investidores institucionais à região. Ele avalia que uma das maiores oportunidades nos mercados de atuação da casa está no crédito privado — segmento em que a Vinci já vem crescendo no Brasil.

"A América Latina como um todo está 'underweight' nos portfólios globais, o que não é injustificado. Tem questão fiscal, juros altos, mas a precificação atual de ativos de risco já carrega bastante pessimismo e isso deve começar a se reverter no médio prazo", avalia o CEO da Vinci. "Não é nem uma questão de ser otimista, mas o fato é que é uma região bastante cíclica e, com a alocação mais baixa historicamente tanto em bolsa quanto outros ativos de risco entre os investidores locais e globais, nova combinação de negócios tem potencial forte de crescimento, até dada essa base baixa."

A redução de juros nos Estados Unidos pode ser um desses vetores no médio prazo para ativos de mercado. Nos ativos reais, os ativos múltiplos descontados que atraem investidores estratégicos com vista de longo prazo também movimentam o negócio de private equity e de assessoria financeira da firma. A Vinci assessorou, por exemplo, a negociação no setor de educação entre a companhia Multisia e o grupo europeu Galileo, mais ainda a entrada no país.

Horta pondera ainda que o fluxo de capitais para a América Latina não é o único que movimenta o portfólio da firma. A Vinci já tinha alocações internacionais para seus investidores, mas isso é ainda mais forte na Compass. "Com a integração, a gente cresce nessa exportação de capital também, do brasileiro, chileno ou colombiano que quer investir fora", diz, complementando que, entre analistas e portfolio managers, são 150 pessoas na companhia.

A gestora vai seguir de olho em novas aquisições na região, ainda que de menores proporções, para complementar verticais específicas de negócio. No conselho da nova Vinci, Gilberto Sayão segue como chairman e os dois sócios fundadores da Compass tomam assento.

"A América Latina como um todo está 'underweight' nos portfólios globais, o que não é injustificado"
Alessandro Horta

Este texto foi originalmente publicado pela Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

IFC investe volume recorde no Brasil e prevê expansão

Álvaro Campos
De São Paulo

A IFC, braço de investimentos privados do grupo Banco Mundial, destinou um volume recorde de US$ 7,3 bilhões em empréstimos para o Brasil no ano fiscal encerrado em junho. É um aumento de 12% em relação ao ano anterior e coloca o país novamente no topo da lista de maiores destinatários da instituição. Para o ano fiscal de 2025, a expectativa é de um novo crescimento, com a economia brasileira ainda relativamente aquecida e no foco de investidores estrangeiros, sobretudo devido ao protagonismo em projetos com forte viés ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês).

Do volume total de US$ 7,3 bilhões, uma fatia de US$ 1,6 bilhão é financiamento de longo prazo da própria conta da IFC, há US$ 5,3 bilhões em mobilização do organismo com bancos privados, e US$ 68,2 milhões em financiamento de curto prazo para comércio internacional e cadeia de suprimentos. Considerando a fatia direta da IFC, 50% foram alocados em projetos de soluções climáticas, 41% foram para pequenas e médias empresas (PMEs) e 75% para iniciativas que levam em conta a questão de gênero.

Dentre os projetos da entidade aprovados no ano fiscal 2024 no Brasil estão uma linha de US$ 250 milhões para o Bradesco, destinados a ampliar o financiamento a PMEs inseridas em Arranjos Produtivos Locais (APLs). Uma transação também de US$ 250 milhões com o Santander, para PMEs e microcréditos no Norte e Nordeste. E US$ 50 milhões para apoiar a estratégia de reflorestamento na Amazônia Latina do BIG. Factoial, controlada pelo Timberland Investment Group (TIG), subsidiária do banco que gere ativos florestais. Recentemente, também anunciou a participação em uma debênture da Natura que é atrelada a metas de sustentabilidade na Amazônia.

"O Brasil é, e continuará sendo, um país fundamental nos esforços estratégicos da IFC para promover o desenvolvimento econômico em um planeta habitável. Mais que dobramos nossos investimentos no país nos últimos três anos e pretendemos continuar essa tendência crescente nos próximos anos", diz Alfonso García Mora, vice-presidente da IFC para América Latina, Caribe e Europa.

Segundo ele, as questões climáticas estão no centro das discussões globais sobre crescimento inclusivo e o Brasil é um elemento central nesse contexto. "A IFC intensificará seus esforços para mobilizar o setor privado no Brasil, expandir o financiamento sustentável, desenvolver mercados de capital e canalizar investimentos para setores críticos da economia brasileira."

Em abril, o Banco Mundial assinou um novo plano quinquenal com o Brasil, que prevê pelo menos US$ 5 bilhões por ano destinados pelo IFC ao País. "Meu objetivo é continuar crescendo os volumes e, para ser honesto, dada a demanda no país, acho que vamos conseguir", diz Mora.

A IFC se uniu ao BID Invest (outra iniciativa do Banco Mundial) para ajudar a criar a Rede Financeira Amazônica (AFN), cujo objetivo de reunir instituições financeiras e outros participantes para acelerar o fluxo de recursos para a região, vista como chave para aumentar o reflorestamento do planeta. Atualmente, já são 47 instituições integrando o grupo.

O vice-presidente da IFC diz que o governo brasileiro tem um claro compromisso com a agenda climática e que, com a realização da COP em Belém no próximo ano, "as estrelas estão alinhadas" para o Brasil atrair investimentos sustentáveis. "Nossos projetos com o BIG e a Natura, por exemplo, resultam as vantagens de envolver os setores públicos e privados e mostram para o mundo que o Brasil pode ser cadeias produtivas sustentáveis, socialmente responsáveis."

No campo macroeconômico brasileiro, Mora diz que o fomento de parcerias público-privadas (PPPs) é uma forma de minimizar o uso de recursos públicos e, assim, reduzir compacto na política fiscal. "A questão fiscal sempre vai ser um tópico de discussão, no Brasil e outros países."

Questionado sobre a decisão da Moody's de elevar a nota soberana, deixando o País apenas um nível abaixo do grau de investimento, e que gerou muito debate entre os economistas locais, o vice-presidente da IFC diz que nunca questiona as decisões de uma agência de rating. "Obviamente acho há muito trabalho para o Brasil fazer, mas essa decisão foi positiva, é um reconhecimento de que o País está na direção correta."

Para Mora, "estrelas estão alinhadas" para país atrair investimento sustentável

"Brasil é essencial nos esforços para promover o desenvolvimento econômico em um planeta habitável"
Alfonso Mora